

DO MODELO ECONÔMICO NEOLIBERAL À ECONOMIA DO SUFICIENTE

Cláudia Cristina Lopes Machado
José Edmilson de Souza-Lima
Ângelo Guimarães Simão

RESUMO

O presente artigo buscará analisar, de forma crítica, algumas perspectivas epistemológicas relacionadas a modelos desenvolvimentistas, bem como apresentar algumas evidências hodiernas dos reflexos destes sobre questões socioambientais e culturais. No bojo do debate sobre a (in) sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento (econômico) vigentes, caracterizados pela crescente exploração e usurpação de recursos, incluindo os humanos, buscar-se-á evidenciar que algumas das insuficiências geradas por esses modelos estão contribuindo significativamente para que a biosfera caminhe para uma catástrofe sem precedentes. A partir dessa reflexão, algumas possibilidades serão abordadas no sentido de promover a ressignificação do entendimento de desenvolvimento, a ser estruturado pela urgente necessidade de contenção da voracidade do modelo capitalista neoliberal que busca conquistar tudo e todos para a supremacia de alguns poucos em detrimento da dignidade da vida. A economia do suficiente, termo empregado por Leonardo Boff, será apresentada neste estudo como uma proposta de redesenho do contexto presente. Para tanto, um processo dialógico entre os autores deste estudo e pesquisadores de algumas correntes econômicas, bem como Aristóteles, Boaventura de Sousa Santos, Amartya Sen, Clóvis Cavalcanti, Leonardo Boff e Karl Polanyi se fará presente. A abordagem proposta buscará caracterizar a atividade econômica como um meio, dentre tantos outros, para viabilizar os processos relativos à vida. Nesse sentido, as relações sociais, ambientais, culturais, econômicas e políticas serão projetadas como um fim maior de se viver, contrapondo outros paradigmas unicamente centrados na dimensão econômica, como o paradigma da conquista, assim denominado por Leonardo Boff, que tem na atividade mercantil e nas políticas econômicas fins em si mesmos, justificando e legitimando, assim, suas práticas hegemônicas.

Palavras-chave: desenvolvimento; paradigma da conquista; economia dosuficiente.

INTRODUÇÃO

(Des) envolvimentos contra a pobreza. Será mesmo possível se pensar em desenvolvimento e crescimento econômicos e, ao mesmo tempo, pensar-se na redução significativa das mazelas que assolam o planeta? Será, por outro lado, possível se pensar em um outro tipo de sistema econômico que não seja centrado na exacerbação do individualismo devastador das diferentes formas de vida? Há esperança de se eliminar os pontos cegos que o sistema econômico contemporâneo vem provocando? Este artigo se propõe a buscar algumas respostas possíveis para esses questionamentos. Buscará, assim, analisar, de forma crítica, algumas perspectivas epistemológicas dos modelos desenvolvimentistas, bem como algumas evidências de seus reflexos sobre questões socioambientais e culturais, os quais parecem configurar um cenário sombrio para o futuro da vida no planeta Terra.

A partir dessa reflexão, algumas possibilidades serão trazidas a estudo, no sentido da ressignificação do entendimento de desenvolvimento, a ser estruturado pela contenção da voracidade do modelo capitalista neoliberal que busca conquistar tudo e todos para a supremacia de alguns poucos em detrimento da dignidade da vida.

A economia do suficiente, termo empregado por Leonardo Boff, será apresentada como uma possibilidade de redesenho do contexto em tela, apesar de existir muito antes do modelo de desenvolvimento econômico moderno. Para tanto, um processo dialógico entre os autores deste estudo e os pesquisadores de várias correntes econômicas, como Aristóteles, Boaventura de Sousa Santos, Amartya Sen, Clóvis Cavalcanti, Leonardo Boff e Karl Polanyi se fará presente.

Nesta direção, buscar-se-á caracterizar um sistema econômico como mais uma das invenções dos seres humanos, e como tal, passível de mudanças e adaptações capazes de torná-lo mais compatível com as reais necessidades da sociedade. Como ponto de partida, serão apresentados alguns elementos que buscam esclarecer o desejo e o fascínio do ser humano pela conquista e pelo lucro, bem como o papel do mercado nesse contexto. A partir dessa reflexão, caberão alguns questionamentos: será o ser humano maior que suas conquistas e realizações? Os sistemas econômicos contemporâneos, que globalizam a pobreza e planetarizam a miséria, são passíveis de serem repensados? Essas e outras considerações, portanto, serão feitas na busca de possíveis entendimentos acerca do desenvolvimento e como esse se encontra posicionado em relação à pobreza e às demais mazelas existentes no planeta.

Terra. Um dos planetas de um dos sistemas solares do cosmo. Para alguns, uma “poeira cósmica” na imensidão do desconhecido. Um planeta, segundo Edgar Mitchell (1971), vivo e que, por sua vida, recebe dos ocidentais o nome de Gaia. Um sistema à beira da falência, consequência das ações e/ou omissões humanas. Nesse ínfimo espaço ocupado, um mundo de inquietações e de transformações aceleradas em pouco mais de meio século passaram a fazer parte e a influenciar, de forma direta, o modo de vida de bilhões de seres vivos. As ciências tecnológicas revolucionaram meios e mensagens da comunicação e estabeleceram uma nova dinâmica societária. Ato contínuo, o desenvolvimento tecnológico, trouxe consigo tanto benefícios inimagináveis à geração presente quanto dilemas éticos como, por exemplo, o questionamento acerca do início da vida ou até quando se pode sustentar, artificialmente, esta vida, desconsiderando a vontade (soberana) do sujeito. No campo socioeconômico, inúmeras transformações que emudecem a desigual divisão da renda mundial têm conotações diferenciadas do século XVIII até o presente momento. Economistas como Adam

Smith e David Ricardo acreditavam ser a divisão da renda fundamentada nas vantagens comparativas que nações possuíam ao comercializarem bens e serviços, num contexto de livre comércio, enquanto que correntes contem- porâneas explicam o fenômeno pela maior ou menor integração das nações ao mercado mundial.

O modelo econômico capitalista neoliberal contemporâneo encontra defensores por todo o globo terrestre. A pujança econômica, defendida em nome do pseudoprogresso e desenvolvimento “global” vem produzindo a exclusão de milhões de pessoas do sistema dominador, controlado por uma pequena elite de pessoas. Aos menos afortunados, nega-se trabalho e processos mínimos que garantam o atendimento de suas necessidades básicas. A desgraça de muitos parece financiar a opulência de poucos, numa desigual distribuição de dignidade. Este ciclo vicioso parece se perpetuar no momento em que economistas neoliberais vêem no (maior) crescimento econômico uma das (possíveis) alternativas para a solução da pobreza.

A pobreza e a miséria parecem ser, dessa forma, causa e consequência de políticas desenvolvimentistas locais e globais.

Assim, em consequência dessas políticas, emergem, entre outros eventos, pobreza, miséria e degradação ambiental, os quais, segundo os defensores da política centrada no mercado, somente serão resolvidos com pacotes de aceleração de crescimento e desenvolvimento rumo ao progresso.

1 ECONOMIA NEOLIBERAL

Pouco adianta buscar as origens da economia adjetivada neoliberal sem recuar um pouco mais na história para compreender a economia adjetivada simplesmente como liberal ou de mercado. Em interpretações um pouco apressadas, parece que a diferença fundamental entre ambas é a presença do Estado como agente interventor e regulador para as alegadas vantagens disponibilizadas pelo mercado.

Um aprofundamento deste tipo de abordagem põe em dúvida a existência desta diferença entre as duas economias centradas nas lógicas do mercado. Na abordagem de Polanyi (1980), por exemplo, a economia de um mercado auto-regulável só existiu ao longo do século XIX e seu êxito não se deu por conta de sua espontaneidade ou ausência dos governos, mas foi exatamente o contrário. A economia de mercado que propiciou a emergência de uma sociedade de mercado, só existiu porque alguns agentes intervieram para viabilizá-la. Isso significa que apresentar a fase neoliberal como uma fase que se diferencia da fase denominada liberal é, no mínimo, uma imprecisão para não caracterizá-la como uma falácia.

Contudo, é por meio de Adam Smith (1986) que se buscará entender a fase neoliberal e a fase liberal. O ponto fundamental de interesse aqui é destacar qual foi o fator que ajudou a fundar uma ciência econômica na perspectiva de Smith. Estranha ou corajosamente, Smith recorreu a um pressuposto essencialista, o de que todo ser humano tende à barganha ou à permuta. A despeito de ele não ter apresentado qualquer evidência que legitimasse a referida assertiva, uma centena de anos depois, seu pressuposto tornara-se inquestionável, portanto, sagrado para a maioria dos pensadores do século XIX.

Se Smith ajudou a apresentar o principal sustentáculo da ciência econômica, os pensadores do século XIX encarregaram-se de transformá-lo no principal fator de legitimação da sociedade centrada não em valores substanciais, tais como, a preservação do ser humano e da natureza, mas

em estratégias capazes de submeter tudo e todos à lógica calculativa do mercado.

É possível que a grande novidade seja a seguinte: se na maioria das sociedades humanas, ocidentais ou não, sempre existiu um mercado subordinado aos anseios e interesses da sociedade, no contexto do século XIX, isso tende a se inverter. Não de forma espontânea, mas forjada pelos agentes de governo e de alguns setores dominantes da sociedade a lógica de mercado tende a colonizar e se sobrepor às demandas e necessidades da sociedade. O mercado deixa de ser um histórico instrumento a serviço da sociedade para se tornar um fim em si mesmo.

Este movimento de sobreposição do mercado aos anseios da sociedade está associado às políticas de expansão e de conquista dos países europeus sobre outras sociedades não européias, caracterizadas por estes como “primitivas” ou “atrasadas”. (somente os europeus? Não seriam os países ou blocos econômicos que se autodenominam de primeiro mundo?) No bojo desse movimento, as ciências em geral e, em especial, a economia, transformaram-se nos principais instrumentos de legitimação ideológica do sistema de produção mundial, elevando o capitalismo à condição de única alternativa para conduzir os seres viventes do planeta à felicidade. A ciência econômica, com pretensões e promessas liberais, parece ter avançado o sinal e produzido escolhas contrárias aos interesses coletivos. Passa a confundir sua capacidade de elaborar possíveis explicações acerca dos processos de produção de riqueza de uma nação com processos de legitimação de um sistema instituído.

Assim, a economia liberal tende a abandonar, talvez inconscientemente, seus compromissos “científicos” para se tornar uma ideologia do mercado, centrada na falácia lançada por Smith, a de que todo e qualquer ser humano, independente de onde ele viva, traz escondida uma “essência”, a de ser um barganhador inveterado em busca do sucesso próprio na perspectiva material. Todavia, a promessa de felicidade global do sistema neoliberal, que ganha ares de globalização econômica, no século XX, traz consigo, paradoxalmente, a separação das nações. Algumas poucas, do ponto de vista econômico, centrais e extremamente ricas, e muitas outras periféricas e miseravelmente pobres.

O teólogo Golblin (1999) destaca que este processo global do fim do último século tende a repaginar e reinstaurar o imperialismo posto que os tentáculos de dominação dos países ricos centrais sobre culturas, sociedades, economias, políticas e religiões periféricas, parecem edificar outras formas de colonização e legitimar, assim, a hegemonia das fortalezas imperiais.

Nesse sentido, a globalização, pelas vistas do sistema neoliberal, parece produzir processos contrários aos seus preceitos de unificação. O luxo de pouquíssimos, dessa forma, é custeado pelos que não têm emprego, pelos que recebem salários indignos, pelos que vivem à margem da sociedade “economicamente ativa”. Os novos pobres “são os excluídos do sistema mais desenvolvido. Os que não têm o ‘privilégio’ de serem explorados porque ninguém precisa deles”. (GOLBLIN, 1999, p.24). Em continuidade, o autor evidencia que a globalização alicerçada na teoria liberal de abertura mundial dos mercados, em realidade, surge para justificar a hegemonia econômica americana em decorrência da transformação industrial e da ascensão do capital especulativo, entre outras forças.

Essa hegemonia, já bastante desgastada na aurora do novo século, perdura até hoje e tem sua filosofia e práticas perpetuadas por diversos Estados-Nação. No seio dessa ideologia, estão práticas como a do individualismo, da rejeição às coletividades, cooperação e solidariedade, da competitividade, da desintegração familiar, da falta de liberdade imposta pela força de multipoderosos sobre multimiseráveis, entre tantas outras práticas. Segundo a abordagem de Sen (2000), que prega o desenvolvimento como

liberdade, nesse sistema dos menos favorecidos é retirada toda e qualquer condição de liberdade, considerada como essencial para a promoção e estabelecimento de um real estado de desenvolvimento.

Um sistema econômico hegemônico tende a gerar práticas igualmente hegemônicas que legitimam e retro-alimentam todo o processo. Lynn (2008), em reportagem à agência internacional Reuters, destaca que, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), os índices recordes de crescimento econômico registrados nos países mais pobres do mundo não conseguiram evitar o aumento do número de miseráveis. Segundo Lynn (2008), três quartos dos moradores dos países menos desenvolvidos, denominados pela sigla LDCs, sobrevivem (ainda) com menos de dois dólares por dia, o que não lhes confere o direito de satisfazer suas necessidades básicas. Esse cenário, contudo, está inserido em outro, igualmente surpreendente apesar da contradição, ou seja, de terem tais países menos desenvolvidos, experimentado altas taxas de expansão de suas economias nos últimos anos.

Apesar de a expansão econômica ter, segundo o relatório em questão, surtido algum impacto nos índices de pobreza absoluta (menos de um dólar por dia), diminuindo-a, existem ainda 277 milhões de seres humanos (sobre) vivendo nessa faixa indicativa de indecência humana.

Em direção aos periódicos locais, Belmiro Valverde (2008), presidente do Movimento Pró-Paraná, em entrevista ao repórter José Lopes, destaca que as áreas pobres do estado do Paraná vivem momento cruel e explica as razões:

Quando houve a modernização agrícola do Paraná, na década de 70, a população dessas cidades, que perderam vitalidade, começou a migrar. Muitas cidades substituíram as culturas tradicionais por pastagem [...] e a população não encontrava emprego, porque o gado gera uma quantidade de empregos infinitamente menor que a agricultura. É um efeito cumulativo: a população começa a migrar, depois desaparecem os empregos no comércio, depois os bancos, que não têm o que movimentar. É um processo de empobrecimento cumulativo.(VALVERDE, 2008, p.5).

Por meio desse recorte, busca-se ilustrar que a mancha de pobreza que assola o planeta é vivida localmente, com maior impacto a cada dia. No caso do Paraná, por exemplo, segundo dados apresentados pelo Ipardes - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2008), a pobreza dominante ocupa 127 dos 399 municípios deste Estado.

Todavia, não é só o sistema sociedade que sofre as conseqüências do progresso. Também, e muito intensamente, o sistema natureza. Os impactos do modelo econômico capitalista neoliberal ao meio ambiente e a todo o ecossistema planetário não são mais nobres em sua filosofia nem menos destrutivos em suas práticas. Recursos naturais renováveis e não renováveis são extraídos sem constrangimento e as chamadas gerações futuras vão, dessa forma, tendo sua própria possível existência, cada vez mais comprometida.

Por todo o exposto, resistir a essa dominação em favor das anticonquistas e da justa medida vem sendo um movimento estruturado à margem do pressuposto imperialista. Quem pensar ou agir de forma diferente deste “tipo ideal” de comportamento “racional” é rapidamente qualificado como insano, como alguém que está prestes a tangenciar as franjas da loucura.

Fica parcialmente demonstrado que esta racionalidade, com pretensões hegemônicas, tende a

reduzir a complexa condição humana a uma única dimensão, a do cálculo imediato e arrivista. Trata-se de uma racionalidade insuficiente no que se refere ao enfrentamento da plasticidade dos seres humanos.

2 DA ECONOMIA NEOLIBERAL À ECONOMIA DO SUFICIENTE: INFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA

Chega-se a um ponto de inflexão do presente estudo posto que o ponto de partida, ou seja, viver o ótimo relativo por meio da autolimitação, parafraseando Leonardo Boff (2003), pode ser também, pela ótica dos autores deste estudo, o ponto de chegada dos seres humanos: a necessária mudança paradigmática, mesmo que lenta e gradual, do modelo estéril neoliberal, para o modelo fértil da economia do suficiente.

A necessária inflexão se justifica pelo fato de o sistema econômico capitalista neoliberal, centrado na lógica de mercado, vir apresentando insuficiência para cumprir todas as promessas feitas (de riqueza, progresso e felicidade para todos) há pouco mais de duzentos anos. Dito de outra forma, em pouco mais de dois séculos, representantes da espécie humana, por meio de pensamentos e ações, vem colocando em risco os ecossistemas de um planeta, chamado Terra que, segundo estudiosos, existe e se auto-organiza há mais de 4,5 bilhões de anos.

Por outro lado, faz-se necessário desmistificar a culpa no sistema mercantil, uma vez que ele esteve sempre presente, como um meio, nos processos sociais, subordinado aos anseios e interesses das sociedades. Essa lógica, todavia, parece ter sido invertida no período a partir de Adam Smith. Dessa forma, como visto anteriormente, a partir de Smith e mais intensamente no século XIX, houve um movimento intenso em direção à consolidação da lógica do mercado como um fim em si mesmo.

Que conhecimentos surgem a partir desses movimentos? Que mundos começam a ser constituídos a partir da crise epistemológica da ciência moderna e que práticas emergem a partir e por meio dessa crise?

Boaventura de Sousa Santos (2005) discorre acerca do cânone da ciência segundo a qual busca-se, a partir do século XV, reduzir a compreensão do mundo pela lógica da visão ocidental, desqualificando, dessa forma, toda diversidade epistemológica dos saberes ecológicos e da diversidade cultural. Se, por um lado, o colonialismo científico fertiliza as relações sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas por séculos, por essas dimensões, também é fertilizado. Produtos e produtores são, dessa forma, legitimadores de todo o processo de epistemicídio que, segundo Santos (2005), diz respeito à morte de conhecimentos locais por ciências alienígenas.

Os sistemas da natureza, por sua vez, considerados externos aos sistemas sociais, são entendidos e explorados como meio para o propósito do crescimento e desenvolvimento humanos. Uma natureza, segundo o autor, incompreensível que deve ser dominada e domesticada para que, então, possa se fazer uso ótimo dela.

O poderio ocidental, no que tange às suas manifestações, coloniza e obscurece todas as demais formas de se produzir conhecimento. Essas outras formas, inferiores e excluídas constituem uma alteridade colonial cujas relações de subalternidade incluem a mulher, o saber local (selvagem) e a natureza. “Esta criação do outro enquanto ser desprovido de saber e cultura foi o contraponto da exigência colonial de transportar a civilização e a sabedoria para povos, vivendo nas trevas da ignorância”. (SANTOS, 2005, p.9).

Com a ascensão da ciência moderna, chegou-se ao ápice da obscuridade epistemológica, conjugada no singular, monocultural, empobrecida e colonizada. Os benefícios desse período aos seres humanos, no que concerne às descobertas tecnológicas em sua maioria, parecem ter sido, de formas similares, às avessas, apoteóticas. Para tanto, como já mencionado, os demais saberes humanos precisaram ser esterilizados, o que ocasionou a destruição de muitas experiências cognitivas humanas em favor de um único e possível conhecimento válido.

Esse processo de colonização do conhecimento faz surgir, além das descobertas tecnológicas, outras emergências como a crise do próprio sistema que tende a deflagrar um processo de entropia, a partir, principalmente, do século XX, século da ascensão e do declínio do neoliberalismo. Pressões por debates internos demandam, então, espaços outros para outros saberes. Dá-se início, segundo Santos (2005), a processos que começam a considerar o multiculturalismo e os conhecimentos locais, mesmo que ainda subjugados à forma de conhecimentos específicos, diferentemente do conhecimento científico, tido como entidade coerente, homogênea e global.

Longe parece se estar, no entanto, da difusão epistemológica e da construção de mundos por meio do diálogo entre os vários saberes. Por outro lado, evidencia Santos (2005), o questionamento das concepções hegemônicas do saber (científico) moderno tem possibilitado alguma voz a outros saberes, até então desqualificados e desconsiderados.

Infere-se, portanto, que as insuficiências do modelo de construção de conhecimento hegemônico, em suas diversas dimensões, mas, em especial na dimensão econômica, têm proporcionado o surgimento de externalidades que parecem apelar para a democratização do conhecimento, emancipando saberes colonizados, principalmente os ambientais, em direção a um saber (conjugado no plural) viver a partir do suficiente com o objetivo de se conquistar a justa medida do saber viver.

3 ECONOMIA DO SUFICIENTE

Leonardo Boff (2003) entende ser uma conquista necessária à sobrevivência da espécie humana, a da autolimitação e sentencia que “a sobrevivência depende destas anticonquistas” (p. 20-21). Para este pesquisador, a cultura da simplicidade voluntária reside em três “virtudes cardeais”, ou seja: a busca do bem comum, a autolimitação e a justa medida.

A autolimitação diz respeito ao consumo humano responsável consigo e com os demais seres vivos que habitam a Terra. A justa medida vai ao encontro da cultura do excesso e do domínio, presentes nas sociedades “civilizadas”. Diz respeito, segundo Boff (2003), ao equilíbrio entre os mais e os menos e ao ótimo relativo. Ao escolher pelas anticonquistas ou pelo paradigma ocidental da conquista e do progresso, todavia, os seres humanos parecem estar optando por acelerar ou reter, um pouco, o curso dos acontecimentos, em consequência das políticas de exploração e domínio vigentes a partir, principalmente, do período pós-revolução industrial.

Ao que parece, a economia do suficiente pode ser apreendida como uma tentativa de autoproteção dos componentes substanciais da vida associativa, face às ameaças do mercado como lógica única. Os componentes substanciais são o ser humano e a natureza.

Nesse sentido, a propaganda em torno da economia de mercado transformou uma experiência singular em uma instituição supostamente universal. As evidências de economias do suficiente são muito

mais presentes nas diversas experiências associativas humanas recentes da economia de mercado.

Aristóteles (1999), dentre os pensadores da Grécia antiga, é um dos que fazem comentários acerca de uma economia doméstica, como dimensão complementar a uma economia política, capaz de, em última análise, produzir com vistas à proteção do ser humano e da natureza. Naquele tipo de sociedade não fazia sentido a existência de algum ser vivente morrer de fome ou inanição. Não fazia sentido a produção e concentração de excedente da produção em prol de alguns e em prejuízo mesmo que de alguns. O ethos, o espírito social não concebia qualquer membro desamparado ou entregue à própria sorte. Em outros termos, na economia doméstica a sociedade não é controlada pelo mercado, mas o que ocorre é exatamente o contrário.

Nessa perspectiva, o fator fundante de uma economia do suficiente não pode ser o “auto-interesse” apresentado por Smith e seus fiéis seguidores, mas a capacidade de proteger os componentes substanciais de qualquer sistema social, o ser humano e a natureza.

Como se poderia argumentar, à luz das reflexões de Castoriadis (1982), uma economia do suficiente, sem pretensões de se apresentar como instituição universal, parece estar muito aquém, mas também além da economia de mercado. É possível que a principal diferença esteja associada ao fato de que a economia do suficiente não traga embutida qualquer pretensão de se tornar, de forma impositiva, hegemônica.

Ao levar em conta os componentes substanciais da vida associativa, uma economia do suficiente, ao mesmo tempo em que se afasta do paradigma da expansão/conquista comum aos projetos de colonização europeus, chancela seus vínculos com um outro paradigma, o da contenção. Entre muitas sociedades amplamente estudadas pela antropologia, ao longo do século XIX, a proteção de todos os seus membros é apreendida como uma instituição sagrada.

A experiência da tribo Tukano, na Colômbia, relatada por Cavalcanti (2002) é uma evidência considerável. Naquela sociedade, durante a pesca coletiva, é comum o uso de determinado veneno natural para capturar os peixes. A quantidade de veneno usada nunca vai além da quantidade suficiente para deixar o peixe um pouco “tonto” e mais facilmente capturável. Com isto, pesca-se apenas o suficiente para alimentar a tribo, proteger seus membros e preservar o ecossistema, o lago, que será capaz de se auto-regenerar face à pequena quantidade de veneno nele depositado.

Nas entranhas desse tipo de prática milenar estão escondidos saberes instituídos com potencia- lidades de iluminar e orientar práticas presentes e futuras daquelas minúsculas sociedades que, sem os conhecimentos da civilização ocidental, e a despeito deles, conseguem seguir seu destino em parceria com suas crenças e com os sistemas naturais.

Muitos povos do baixo/médio/alto Xingu, região Central do Brasil, materializam uma economia do suficiente de forma similar à dos Tukano. Eles jamais se apropriam dos frutos, da caça, da pesca ou das raízes alimentícias cultivadas, sem pedir licença aos espíritos. O misto de respeito e de temor em relação aos espíritos tende a impor sobre eles uma cadência de vida diferente da cadência acelerada predominante nas sociedades de mercado. A cadência menos acelerada daqueles grupos tende a proteger todos os seus membros e a natureza, caracterizando-se como uma evidência do que se pode chamar de economia do suficiente.

Por sua matriz, econômica e antropológica, Cavalcanti (2003) afirma entender o conflito entre os anseios humanos por realização econômica, pelo progresso e sucesso locais e mundiais, mas

reflete sobre a existência de “freios naturais e éticos” para o que se deseja realizar. Nessa direção, especula acerca de como o desenvolvimento econômico contemporâneo, intitulado por ele como paradigma americano, sustentar-se-á diante de um contexto de possibilidades limitadas, ao mesmo tempo em que busca exemplos no paradigma dos índios cujo modelo econômico tende à suficiência nos seus processos.

Diante desse paradigma, questionamentos emergem. Um deles, diz respeito ao determinismo e busca considerar que se fosse o ser humano determinado pelo mercado e se o consumo representasse o fim maior de toda esta espécie, como explicar as escolhas e estilos de vida dos índios ainda não “civilizados” (pela ética eurocêntrica de civilização)? Busca evidenciar, dessa forma, que os saberes tradicionais indígenas, dos modos de vida suficientes, desestruturam as certezas do apriorismo do paradigma americano direcionado ao desenvolvimento e crescimento econômicos.

Lembrando da conceituação alargada de pobreza apresentada por Amartya Sen (2000), isto é, como um fenômeno associado não apenas à privação em relação à renda, mas também a outras modalidades de privações, nas experiências aqui relatadas, não pobreza. Nenhum membro das sociedades enfrenta privações capazes de deixá-lo entregue a si mesmo ou de condená-lo à morte pela fome ou inanição. De forma similar, nenhum membro deixará de ter acesso aos principais códigos cognitivos que lhes garanta o sentimento de pertença ao grupo.

Nesse tipo de experiência associativa, não há exclusão a priori de uma economia ou lógica de produção. A diferença fundamental é que esta última, em vez de conter, está contida no interior da economia do suficiente. Em vez de ser um fim em si mesma, a economia ou dimensão produtiva dessas sociedades está subordinada ao ritmo da economia do suficiente, ou seja, ela aparece como um dos meios possíveis de garantir a durabilidade dos componentes substanciais da sociedade, seus membros e a natureza.

Como meio ou instrumento, a economia dessas sociedades aparece não como um desarticulador, mas como fator de fortalecimento do tecido social. É perceptível que as possibilidades, em contextos como esses, de emergir e se consolidar seres vivos orientados exclusivamente para o “auto-interesse”, tendem a ser reduzidas. É igualmente perceptível que um dos grandes trunfos de uma economia do suficiente é sua capacidade de inclusão, de levar em conta o “outro”, seja ele a própria necessidade de produção de qualquer grupo, ou as vontades dos espíritos que dão vida e sentido a todas as coisas que compõem o tecido social.

Trata-se de uma economia que não se fechou em si mesma como se fosse uma caixa de pandora; que fez questão de manter seus vínculos com os mistérios, com os encantos do mundo espiritual e dos mais variados deuses. Ao contrário da economia apresentada como universal, a economia de mercado, que se apóia na idéia de um deus único que se sobrepõe a todos os outros, invariavelmente, por meio da violência, a economia do suficiente tende a ser mais tolerante, mais dialógica, mais politeísta.

4 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS E CONSTITUINTES DAS ECONOMIAS NEOLIBERAL E DO SUFICIENTE

O filósofo Karl Polanyi, em sua obra “A Grande Transformação” apresenta um quadro contendo alguns dos elementos das economias neoliberal e do suficiente, como abaixo destacado.

Este quadro busca sintetizar as duas economias e é trazido neste estudo como uma contribuição dos autores pelo resgate que proporciona, de forma sistematizada, às reflexões ora abordadas.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS/CONSTITUINTES DA ECONOMIA NEOLIBERAL	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS/CONSTITUINTES DA ECONOMIA DO SUFICIENTE
<ul style="list-style-type: none"> • A essência de todo ser humano é a propensão à barganha e à permuta. • O núcleo das motivações é o lucro, que é sistematicamente estimulado como regra maior. • Só se trabalha por remuneração. • Presença imprescindível do princípio do menor esforço. • Presença dominante de instituições baseadas em motivações exclusivamente econômicas. • Competição (disputas e regateios são estimulados). • Concentração acumulativa. • Qualquer doação gratuita é condenada. • O sistema econômico invade e domina todos os domínios da vida associativa. • Todo processo social é regulado pelo cálculo, o que não for calculável é excluído. • Prevalece o auto-interesse sobre os interesses coletivos. • É absolutamente normal a presença de externalidades tais como alguns famintos. • Até o sistema social é dirigido por motivações econômicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência da suposta propensão à barganha e à permuta. • Ausência de qualquer motivação a partir do lucro (há casos, como o Kula australiano, em que o lucro é vedado). • Não se trabalha por remuneração. • Ausência do princípio do menor esforço. • Ausência de qualquer instituição baseada em motivações econômicas apenas. • Reciprocidade e cooperação (disputas e regateios são desacreditados). • Redistribuição. • Doar de forma graciosa é uma das grandes virtudes. • O sistema econômico é mera função da organização social. • Todo processo social é regulado pela etiqueta e pela magia. • Só raramente o auto-interesse prevalece sobre a coletividade. • Não se concebe este tipo de externalidade, pois ninguém deve ser condenado à fome. • O sistema econômico é dirigido por motivações não-econômicas.

FONTE: Polanyi (1980)

A partir do quadro de referência acima citado, à luz da complexidade das inter-relações dos sujeitos contemporâneos e da degradação ambiental que caminha e encaminha o planeta para um futuro insustentável e sombrio, há de se considerar os conhecimentos e as economias emergentes, para a busca do re-equilíbrio, outrora visto e vivido, por meio do suficiente.

O paradigma americano, como citado por Cavalcanti (2003), da pujança econômica do excesso, dá sinais de que não consegue mais sustentar a promessa da felicidade e do sucesso eternos por meio da identificação e controle de todas as variáveis existentes. Tais sinais podem ser vistos por entre todos os continentes e não mais, apenas, pelos integrantes do sul, assim denominado por Cavalcanti (2003). Pobreza, miséria, violência, epidemias, fome, desemprego, além do mais sortido elenco de crises ambientais, podem ser vistos, cheirados e sentidos nas esquinas de qualquer grande metrópole.

A Economia do Suficiente, por sua vez, à margem dos sistemas econômicos hegemônicos, parece estar pautada, em nossos termos, na desaceleração das ações (apressadas) instituídas pelo capitalismo, ou seja, no consumo desenfreado pelo que não se precisa, fortalecido por uma mudança comportamental ética em direção à vida e ao cuidado com todas as formas de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos parcialmente conclusivos, fica demonstrado que na relação envolvendo economia de mercado e economia do suficiente, tem prevalecido a idéia de se recorrer à parte, à economia de mercado, para se tentar explicar o todo, à economia do suficiente. A dificuldade maior é que este equívoco tende a ser hegemônico e, em função disso, tende a produzir pontos cegos capazes de provocar desdobramentos terríveis sobre os componentes substanciais de qualquer sociedade, seus membros e a natureza.

Portanto, a principal mensagem do presente artigo alinha-se às propostas de muitos autores, dentre eles, Sen, Santos, Polanyi, Boff e Cavalcanti, de que é imperativo não aniquilar, mas conter de forma radical as propensões ameaçadoras da economia de mercado, vez que, se deixada por sua própria conta, ela tende a colonizar tudo e todos tal como um câncer em processo acelerado rumo à autodestruição.

REFERÊNCIAS

- BOFF, L. **Ética e Moral**: a busca dos fundamentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, C. (2002). **Pensamento econômico, saber ecológico tradicional e regimes de troca fundados no altruísmo**: nova perspectiva disciplinar para entender a sustentabilidade. Disponível em: <http://www.Anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/>, 2002. Acesso em: 16/07/2008. In: _____(Org.). **Desenvolvimento e natureza**. Estudos para uma sociedade sustentável. 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- COMBLIN, J. **O neoliberalismo**: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- LOPES, J. **Áreas pobres vivem processo “ruel”**: entrevista com Belmiro Valverde, presidente do Movimento Pró-Paraná. Curitiba, PR: Jornal Gazeta do Povo, 2008.
- LYNN, J. **Número de pobres aumenta apesar de crescimento econômico mundial**. Genebra, Reuters, 1999. Disponível em: <http://br.noticias.yahoo.com/s/reuters/080717/mundo/mundo_geral_pobreza_aumento_pol>. Acesso em: 21/072008.
- METEU, E, **Terra**. Disponível em: <<http://astro.if.ufrgs.br/solar/earth.htm#intro>>. Acesso em: 19/03/2008.
- OS PENSADORES. **Aristóteles**: vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução de: Fanny Wrobel. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. G. de NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SMITH, A. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. São Paulo: Tecnoprint, 1986.